



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ

Notas Explicativas Exercício de 2022

Unidade Gestora 009E0700001 – Prefeitura Municipal de Aracruz

Consolidada

SUMÁRIO

- 1. Introdução
- 1.1. Base de Preparação
- 2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis
 - 2.1. Moeda Funcional e Apresentação
 - 2.2. Disponibilidades
 - 2.3. Créditos a Curto Prazo
 - 2.4. Imobilizado
 - 2.5. Intangível
 - 2.6. Passivos circulantes e não circulantes
 - 2.7. Depreciação e Amortização
- 3. Informações Relevantes contidas nas Demonstrações Contábeis
 - 3.1. Balanço Financeiro
 - Nota 1 – Pagamento de Restos a pagar
 - Nota 2 – Inscrição de Restos a Pagar
 - Nota 3 – Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

1. INTRODUÇÃO

A Prefeitura Municipal de Aracruz é uma pessoa jurídica de direito público interno, representando a entidade máxima de administração pública no Município, sendo a sede do poder executivo, tendo autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira.

As bases orçamentárias da gestão de 2023 foram lastreadas nos instrumentos constitucionais e legais descritos a seguir:

- Plano Plurianual - PPA: instituído pela Lei nº 4.432/21, em 09 de dezembro de 2021, para o período de 2022-2025.
- Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO: estabelecida pela Lei nº 4.499 em 20 de Julho de 2022.
- Lei Orçamentária Anual - LOA: orçamento aprovado em 27 de dezembro de 2022 pela Lei nº 4.566/2022.

As ações desenvolvidas pelo Município estão agrupadas nas seguintes funções de governo previstas:

UG	SIGLA UG	DESCRIÇÃO UG
101	-	Câmara Municipal de Aracruz
201	PMA	Prefeitura Municipal de Aracruz
210	SEGOV	Secretaria de Governo
211	CGM	Controladoria Geral
212	PROGE	Procuradoria Geral
213	SEMPLA	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão
214	SEMPI	Secretaria de Finanças
216	SEMDS	Secretaria de Educação
217	SEMDS	Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho
218	SEMTUR	Secretaria de Turismo e Cultura
219	SETRANS	Secretaria de Transportes e Serviços Urbanos
220	SEMOB	Secretaria de Obras e Infraestrutura
221	SEMAG	Secretaria de Agricultura
222	SEMAM	Secretaria de Meio Ambiente
223	SEMAD	Secretaria de Administração e Recursos Humanos
224	SEMSU	Secretaria de Suprimentos
225	SEHAB	Secretaria de Habilitação e Defesa Civil (extinta em 2023)
226	SECOM	Secretaria de Comunicação
227	SEMDE	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
228	SEMESP	Secretaria de Esportes, Lazer e Juventude
229	SEMDUR	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
301	IPASMA	Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores
302	SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
501	FMS	Fundo Municipal de Saúde

As notas explicativas oferecem descrições narrativas ou decomposição (detalhamento) de itens apresentados nessas demonstrações e informação acerca de itens que não se qualificam para serem reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Um item pode não ser suficientemente material para justificar a sua apresentação individualizada nas demonstrações contábeis, mas pode, entretanto, ser suficientemente material para ser apresentado de forma individualizada nas notas explicativas.

A demonstração desta Nota Explicativa é composta por Balanço Financeiro – Anexo 13, referente ao exercício financeiro de 2023, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

Esta nota explicativa faz parte das demonstrações contábeis e contém informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis

1.1. BASE DE PREPARAÇÃO

A elaboração do Balanço Financeiro seguiu a metodologia especificada na IPC 06 - Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro (Instruções de Procedimentos Contábeis - STN) e do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público relativas as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP - Parte V) observada a classificação das contas contábeis pertencentes ao Plano de Contas do TCEES (CidadES).

O Demonstrativo foi elaborado segundo as Fontes/Destinação de Recursos publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, constantes do Anexo IV da Instrução Normativa 68/2020-4 - (Tabela Auxiliar: Código de Especificação das Fontes/Destinação de Recursos - CDR), disponibilizada na íntegra conforme estabelecido pelo Art. 31 da IN 68/2020-4.

As receitas orçamentárias serão apresentadas líquidas das deduções. O detalhamento das deduções da receita orçamentária por fonte/destinação de recursos será apresentado no Quadro Anexo ao Balanço Financeiro.

2. RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS:

2.1. Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais. Os saldos estão demonstrados conforme os relatórios estruturados enviados.

2.2 – Disponibilidades

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), as disponibilidades do órgão estão mensuradas pelo valor original em reais.

2.3 – Créditos a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados principalmente com adiantamentos. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicáveis.

2.4 – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão, deduzida a respectiva depreciação acumulada.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não geram tais benefícios, eles são reconhecidos como variações patrimoniais diminutivas do período.

2.5 – Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercício com essa finalidade. São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada.

2.6 – Passivos Circulantes e não circulantes

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; fornecedores e contas a pagar; e demais obrigações a curto prazo.

2.7 – Depreciação e amortização

A depreciação é a redução do valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

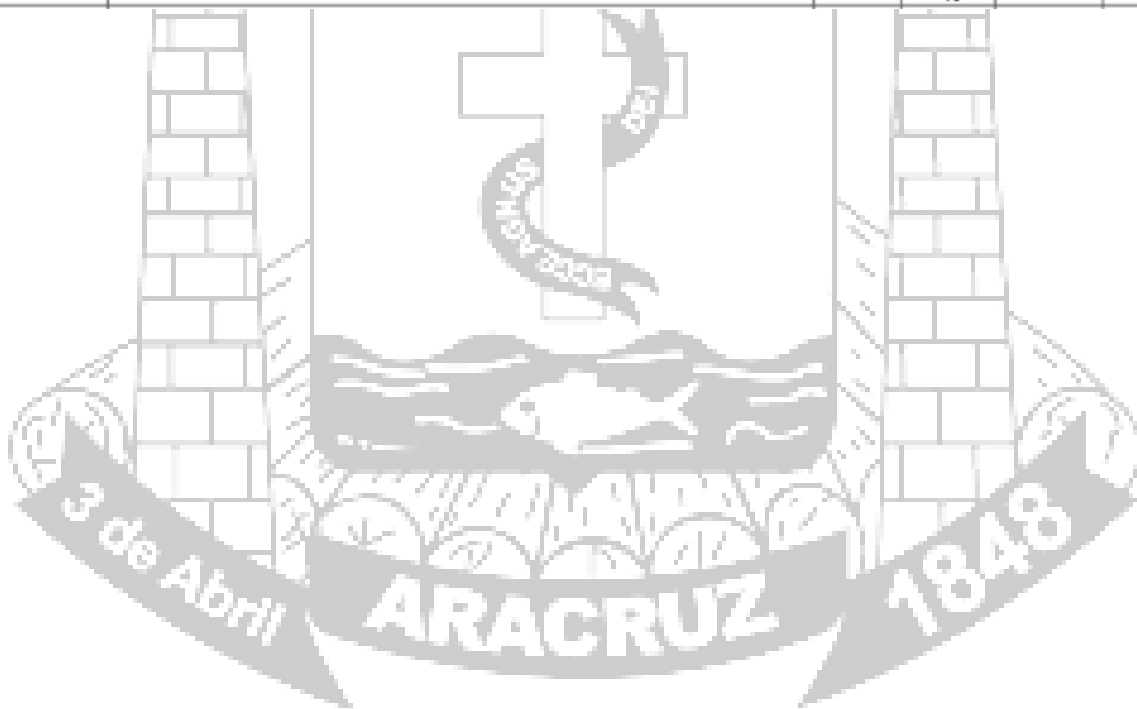
Os seguintes fatores devem ser considerados ao se estimar a vida útil de um ativo:

- a) Capacidade de geração de benefícios futuros;
- b) Desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não;
- c) Obsolescência tecnológica; e
- d) Limites legais ou contratuais sobre o uso ou a exploração do ativo.

Os percentuais de depreciação, valor residual e vida útil dos bens móveis e imóveis da Prefeitura Municipal de Aracruz, inclusive suas unidades gestoras, são regulamentados por intermédio do Decreto nº 35.143, de 27/12/2018 e seus anexos I e II.

Anexo I:

Subelemento	Descrição do Subelemento	Vida Útil (Anos)	Valor Residual	Taxa Anual	Taxa Mensal
02	Aeronaves	10	10%	9,00%	0,75%
04	Aparelhos de Medição e Orientação	15	10%	6,00%	0,50%
06	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	20%	8,00%	0,67%
08	Aparelhos, Equip. e Utens. Medicoodonto, Laborat. e Hospitalar	15	20%	5,33%	0,44%
10	Aparelhos e Equipamentos para Esportes e Diversões	10	10%	9,00%	0,75%
12	Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10%	9,00%	0,75%
14	Armamentos	20	15%	4,25%	0,35%
18	Coleções e Materiais Bibliográficos	10	0%	10,00%	0,83%
19	Discotecas e Fimotecas	5	10%	18,00%	1,50%



Subelemento	Descrição do Subelemento	Vida Útil (Anos)	Valor Residual	Taxa Anual	Taxa Mensal
20	Embarcações	20	5%	4,75%	0,40%
22	Equipamentos de Manobra e Patrulhamento	20	10%	4,50%	0,38%
24	Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro	10	10%	9,00%	0,75%
26	Instrumentos Musicais e Artísticos	20	10%	4,50%	0,38%
28	Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	20	10%	4,50%	0,38%
30	Máquinas e Equipamentos Energéticos	10	10%	9,00%	0,75%
32	Máquinas e Equipamentos Gráficos	15	10%	6,00%	0,50%
33	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	10	10%	9,00%	0,75%
34	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	10	10%	9,00%	0,75%
35	Equipamentos de Processamento de Dados	5	20%	16,00%	1,33%
36	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	10	10%	9,00%	0,75%
38	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	10%	9,00%	0,75%
39	Equipamentos e Utensílios Hidráulicos e Elétricos	10	10%	9,00%	0,75%
40	Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários	10	10%	9,00%	0,75%
42	Mobiliário em Geral	10	10%	9,00%	0,75%
46	Semoventes e Equipamentos de Montaria	10	10%	3,00%	0,25%
48	Veículos Diversos	15	10%	6,00%	0,50%
50	Veículos Ferroviários	30	10%	3,00%	0,25%
51	Peças Não Incorporáveis a Imóveis	10	10%	9,00%	0,75%
52	Veículos de Tração Mecânica	15	10%	6,00%	0,50%
53	Carros de Combate	30	10%	3,00%	0,25%
54	Equipamentos, Peças e Acessórios Aeronáuticos	30	10%	3,00%	0,25%
56	Equipamentos, Peças e Acessórios de Proteção ao Voo	30	10%	3,00%	0,25%
57	Acessórios para Automóveis	5	10%	18,00%	1,50%
58	Equipamentos de Mergulho e Salvamento	15	10%	6,00%	0,50%
60	Equipamentos, Peças e Acessórios Marítimos	15	10%	6,00%	0,50%
83	Equipamentos e Sistemas de Proteção e Vigilância Ambiental	10	10%	9,00%	0,75%
89	Equipamentos, Sobressalventes de Máquinas, Motor de Navios de Esquadra	20	5%	4,75%	0,40%
99	Outros Equipamentos e Materiais Permanentes	10	5%	9,50%	0,79%

Anexo II:

Descrição	Vida Útil (Anos)	Taxa Anual	Valor Residual
Imóveis	25	4,00%	10%
Instalações	10	10,00%	10%
Infraestrutura	25	4,00%	10%

3. INFORMAÇÕES RELEVANTES CONTIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1. BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro (BF) representa a equação de equilíbrio entre entradas e saídas de recursos financeiros dos órgãos e entidades da Administração Pública.

A elaboração do Balanço Financeiro seguiu a metodologia especificada na IPC 06 - Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro (Instruções de Procedimentos Contábeis - STN) e do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público relativas as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP - Parte V) observada a classificação das contas contábeis pertencentes ao Plano de Contas do TCEES (CidadES).

O art. 103 da Lei nº 4.320/64 define que o Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Apuração de Resultado do Balanço Financeiro	
(+) Receita Orçamentária	800.145.082,36
(+) Transferências Financeiras Recebidas	0
(+) Recebimentos Extra orçamentários	135.210.822,77
(+) Saldo do Exercício Anterior	718.343.629,34
(-) Despesa Orçamentária	796.760.688,76
(-) Transferências Financeiras Concedidas	0
(-) Pagamentos Extra orçamentários	117.053.249,60
= Resultado Financeiro do Exercício	739.885.596,11

O Resultado Financeiro (caixa) do atual exercício do Município de Aracruz é de R\$ 739.885.596,11 (setecentos e trinta e nove milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e noventa e seis reais e onze centavos) também evidenciados no Balanço Patrimonial e no Balancete de encerramento nas contas Caixa e Equivalentes de Caixa (R\$ 371.753.313,32) e Investimentos e Aplicações Temporárias à Curto Prazo (R\$ 368.132.282,79).

Ressaltamos que as demonstrações contábeis estão sendo emitidas pelo TCE/ES no exercício de 2023 e o mesmo em suas análises exclui as receitas/despesas Intraorçamentárias quando da geração dos relatórios no sistema CidadES.

Nota 1 – Pagamento de Restos a Pagar

Seguindo a lei que estatui as Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, e também, o modelo do Balanço Financeiro do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), o pagamento de restos a pagar no exercício de 2023 (exceto intra orçamentário) foi o seguinte:

Restos a Pagar Não Processados R\$ 37.789.247,66

Restos a Pagar Processados R\$ 2.544.306,16

Total pago no exercício R\$ R\$ 40.333.553,82

Nota 2 – Inscrição de Restos a Pagar

A inscrição dos Restos a Pagar (exceto Intraorçamentários) do exercício de 2023 correspondeu aos seguintes valores:

Restos a Pagar Não Processados R\$ 62.056.863,35

Restos a Pagar Processados R\$ 4.807.852,33

Total inscrito no exercício R\$ 66.864.715,68

Nota 3 – Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Os valores constantes nas rubricas Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados (Ingressos e Dispêndios) referem-se a valores constantes no movimento credor/devedor da conta contábil 2.1.8.8.0.00.00 (F), exceto valores intraorçamentários.

Em conformidade com a Instrução Normativa TC nº 68/2020, apresentamos essa Nota Explicativa, refletindo as conclusões extraídas, a partir dos movimentos orçamentários, financeiros e patrimoniais da Prefeitura Municipal de Aracruz – UG 009E0700001.

